

## MEMÓRIA, ACELERAÇÃO E ESQUECIMENTO EM *FAHRENHEIT 451* (1953), DE RAY BRADBURY

MEMORY, ACCELERATION AND FORGETTING IN *FAHRENHEIT 451* (1953), BY RAY BRADBURY

Recebido: 16/10/2022

Aprovado: 15/12/2022

Publicado: 29/12/2022

DOI: 10.18817/rlj.v6i2.3031

Andressa Silva Sousa<sup>1</sup>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2668-9590>

Ana Paula Nunes de Sousa<sup>2</sup>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9971-311X>

Eloilma Carvalho Pires<sup>3</sup>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9252-2724>

**Resumo:** Segundo o romancista francês Jean-Philippe de Tonnac (2010), a nossa civilização tem o livro como um objeto sagrado, isto porque, ao desempenhar a função de armazenar informações sobre acontecimentos históricos e possibilitar a sua transmissão às gerações futuras, este veio a ser um dos principais veículos de preservação da memória. Em *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury, tem-se a elaboração ficcional de uma sociedade que decidiu pôr fim aos livros, reprimindo a leitura de obras literárias, históricas e filosóficas; proibindo, além disso, atividades que demandam o uso de tempo desacelerado, como caminhar tranquilamente e conversar na varanda, ambas imprescindíveis para o fortalecimento de laços afetivos entre os poucos indivíduos que resistem à ordem vigente. Assim, ao trilhar por esta instigante narrativa, o presente artigo tem por objetivos: discutir o valor do livro, sobretudo da obra literária, enquanto objeto mnemônico; ponderar sobre a aceleração e o esquecimento dela proveniente como mecanismos de dominação; bem como pensar o papel da oralidade na preservação de “memórias subterrâneas” capazes de resistir aos períodos de apagamentos que constantemente se repetem ao longo da história. Para tanto, utiliza-se como aporte teórico Maurice Halbwachs (2013), Jacques Le Goff (2013), Paolo Rossi (2010), Bauman (2001), Pollak (1989), entre outros. Nesse sentido, podemos compreender a narrativa bradburyana como uma interessante metáfora sobre o trabalho lento, árduo e incansável da humanidade, em sua luta contra o esquecimento, como também o lugar preponderante do texto literário nesse embate.

**Palavras-chave:** Literatura; Memória; Aceleração; Esquecimento.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, da Universidade Federal do Piauí (PPGEL-UFPI). Mestre em Letras - Teoria Literária - pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2019). Possui graduação em Letras Licenciatura Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA Campus Caxias (2017). Integrante do grupo de pesquisa CNPq: Literatura, Arte e Mídias – LAMID. E-mail: [andysousa.jc@hotmail.com](mailto:andysousa.jc@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGLit-UFSC). Graduada em Letras Licenciatura Plena em Português e Literaturas de Língua Portuguesa (UEMA Campus Caxias – 2020). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística (NuPILL-CNPq) e do Núcleo de Pesquisa em Literatura, Arte e Mídias (LAMID-CNPq). Bolsista Fapema. E-mail: [anapaulacxs1234@gmail.com](mailto:anapaulacxs1234@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Piauí (PPGEL-UFPI), possui Mestrado em Letras pela Universidade Estadual do Piauí (2016), graduação em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão (2006) e graduação em Licenciatura em Informática pelo Instituto Federal do Maranhão (2009). Atualmente pertence ao quadro de funcionários efetivos da Prefeitura Municipal de Caxias - MA, como professora do Ensino Fundamental. Tem experiência na área de formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e formação em serviço. E-mail: [eloilmapires@gmail.com](mailto:eloilmapires@gmail.com)

**Abstract:** According to the french novelist Jean-Philippe de Tonnac (2010), our civilization has the book as a holy object, because, by performing the function of storing information about historical events and enabling its transmission to future generations, it came to be one of the main vehicles for preserving memory. In *Fahrenheit 451* (1953), by Ray Bradbury, there is the fictional elaboration of a society that decided to put an end to books, repressing the reading of literary, historical and philosophical works. prohibiting, in addition, activities that demand the use of slow time, such as walking quietly and talking on the balcony, both essential for strengthening affective bonds between the few individuals who resist the current order. Thus, following this thought-provoking narrative, this article aims to: discuss the value of the book, especially the literary work, as a mnemonic object; to ponder over the acceleration and oblivion arising from it as mechanisms of domination; as well as thinking about the role of orality in the preservation of “underground memories” capable of resisting the periods of erasure that are constantly repeated throughout history. To this end, Maurice Halbwachs (2013), Jacques Le Goff (2013), Paolo Rossi (2010), Bauman (2001), Pollak (1989), among others, are used as theoretical support. In this sense, we can understand Bradbury's narrative as an interesting metaphor about the slow, arduous and tireless work of humanity, in its struggle against oblivion, as well as the preponderant place of the literary text in this struggle.

**Keywords:** Literature; Memory; Acceleration; Oblivion.

## Introdução

A Sra. Blake estava decidida a permanecer ao lado dos seus preciosos livros. Ainda que que todos estivessem ardendo em chamas, ela não os abandonaria; afinal, como poderia viver sem a sinceridade, a fragilidade, a consciência e a sabedoria de todos aqueles seres que tanto a ensinaram sobre si mesma, que tão bondosamente a auxiliaram na construção de sentido sobre as diminutas partículas da sua estranha realidade? Para aquela leitora apaixonada e destemida, era preferível ser consumida pelo fogo, junto com as centenas de milhares de páginas entesouradas em sua secreta biblioteca, do que suportar a solidão e o peso da praticidade de um mundo sem a existência deles. Por isso, não hesitou em confrontar Beatty e sua corporação de bombeiros-queimadores-de-livros-executores-da-lei:

‘You can’t ever have my books’, she said  
‘You know the law’, said Beatty. ‘Where’s your common sense? None of these agree with each other. You’ve been locked up here for years with a regular damned Tower Babel. Snap out of it! The people in those books never lived. Come on now!’  
She shook head (BRADBURY, 2008, p. 52).

Para Beatty, a atitude suicida daquela mulher era ilógica. Em sua visão, ninguém, em sã consciência, seria capaz de sacrificar-se por pessoas irreais, que nunca existiram no plano material. Assim, aborrecido, até o ponto em que sua curta paciência permitiu, procurou convencê-la, por meio de argumentos racionais, que o

seu iminente autossacrifício era uma grande loucura – muito embora já soubesse, pelas frequentes ocorrências de casos semelhantes, que nada a faria retroceder, pois “[...] these fanatics always try suicide; the pattern’s familiar” (BRADBURY, 2008, p. 53). Desse modo, comprovando a sua assertiva, antes que ele acendesse seu lança-chamas, a própria Sra. Blake riscou um fósforo, dando cabo à discussão, a si mesma e à sua “Torre de Babel”.

Finalizado o brilhante espetáculo, ao passo que o irreduzível bombeiro-chefe pouco se importou com o caso, a forma serena e corajosa daquela senhora impactou Montag, um simples soldado-do-fogo, herdeiro passivo da profissão de seus antepassados, que nada sabia acerca do tempo em que os bombeiros, em vez de atear fogo nos livros, apagavam os incêndios. Desse modo, ao retornar à sua residência, após um longo dia de trabalho, o ato escancarado de rebeldia da personagem bibliófila, não parava de cintilar faíscas de curiosidade em sua mente, deixando-o perturbado: “There must be something in books, things we can’t imagine, to make a woman stay in a burning house; there must be something there. You don’t stay for nothing” (BRADBURY, 2008, p. 68). Esta inquietação, por sua vez, levou-o a cometer seus próprios crimes, haja vista que de fogueira em fogueira, esse personagem foi subtraindo exemplares desses objetos misteriosos e perigosos que lhe provocaram mais questionamentos do que lhe trouxeram respostas, movendo-o de seu estado de inércia.

Saindo, pois, do mundo ficcional, é fácil notar que existem milhares de leitores pelo mundo, assim como a Sra. Blake, aficionados por livros. Estes objetos, de feitos e conteúdos diversificados, foram, tal como a roda, uma das maiores criações da humanidade, conquistando tamanho grau de valoração, que parecem estar investidos de um certo brilho sagrado. No cenário brasileiro atual, porém, isto soa curioso e até contraditório, uma vez que muito se discute acerca dos baixos índices de leitura e, por conseguinte, na desvalorização do livro. No entanto, sob um ponto de vista mais amplo, Jean-Philippe de Tonnac assevera que, nos tempos modernos, “o livro foi aureolado no contexto de uma civilização que o instalara no altar” (2010, p. 08).

Isto posto, surge, então, o seguinte questionamento: Por que razão a nossa civilização confere ao objeto livro tamanha importância? O que há, nele, de tão especial que justifique o apego e o apreço que muitos lhe conferem? Certamente não é pelo simples prazer de sentir o cheiro de suas páginas novas ou já envelhecidas (os *e-books*, inclusive, não propiciam esse tipo de experiência, que alguns amantes do

papel julgam indispensável); também não pode ser unicamente pela possibilidade de usá-lo como objeto de decoração da sala-de-estar (existem livros raros e, sobretudo, caros, que são adquiridos para fins decorativos). Na verdade, uma das justificativas mais contundentes acerca de seu valor, deve-se ao cumprimento da nobre função de, enquanto guardião de quase todo o conhecimento humano acumulado ao longo da história, preservar, em segurança, os saberes que a fogueira do esquecimento está sempre à espreita, ameaçando devorar (TONNAC, 2010).

No entanto, a história tem apresentado, através de vários exemplos, que os livros e seus escritores nem sempre gozam de toda segurança e liberdade para cumprirem a sua missão. Entre os muitos inimigos por eles enfrentados, Tonnac (2010, p. 10) aponta: “censura, ignorância, imbecilidade, inquisição, auto de fé, negligência, distração e incêndio terão assim constituído tantos escolhos, às vezes foices, no caminho dos livros”. Em consonância com Tonnac, o professor Paolo Rossi (2010) descreve o século passado como um período repleto de distorções e ocultamentos de fatos históricos importantes, tornando a mutilação de livros e documentos um dos principais meios para apagar o passado e consolidar um novo discurso, uma nova ordem político-social:

Obras inteiras de história foram reescritas, apagando os nomes dos heróis de um período; catálogos editoriais foram mutilados, assim como foram subtraídas fichas nos catálogos das bibliotecas; foram publicados livros com conclusões diferentes das originais, passagens foram retiradas, textos foram montados em antologias numa ordem favorável a documentar filiações ideais inexistentes e ortodoxias políticas imaginárias.

Primeiro, foram queimados os livros. Depois, foram eliminados das bibliotecas, na tentativa de apagá-los da história. Primeiro, foram eliminados os inúmeros seres humanos, depois, tentaram apagar os apagamentos, negar os fatos, vetar a contagem das vítimas, *impedir a lembrança* (ROSSI, 2010, p. 33, grifos nossos).

Desse modo, escrito por Ray Bradbury e publicado em meados do século XX, *Fahrenheit 451* apresenta-nos uma realidade ficcional que já não se mostra totalmente estranha ao mundo real, uma vez que nele encontramos uma sociedade que também decidiu pôr fim aos livros, de modo a garantir a paz de espírito de seus cidadãos. No interior da diegese, a ação tem como justificativa o fato de que estes são causadores de muitos infortúnios, dentre os quais se destacam: o conflito entre os diversos grupos e minorias, cujos discursos divergentes eles transmitem; a melancolia, resultante de reflexões profundas acerca da própria existência humana; e a lembrança de

acontecimentos que podem sobrecarregar a mente preocupações quanto a problemas relevantes, mas insolúveis. Para substituí-los, múltiplas telas, com seus infinitos programas de entretenimento, passaram a ter primazia, lançando homens, mulheres e crianças em um ritmo frenético de experiências vazias de sentido:

Cram them full on noncombustible data, chock them so damned full of “facts” they feel stuffed, but absolutely “brilliant” with information. Then they’ll feel they’re thinking, they’ll get a sense of motion without moving. And they’ll be happy, because facts of that sort don’t change. Don’t give them any slippery stuff like philosophy or sociology to tie things up with (BRADBURY, 2008, p. 80).

Nesse cenário distópico, encontram-se personagens como a adolescente Clarisse, o bombeiro Guy Montag e Faber, um ex-professor universitário, entre outros anônimos, que vivem à margem dessa sociedade, movendo-se de modo desacelerado, salvando e memorizando diversos clássicos da literatura mundial. Nesse sentido, ao analisar a utopia negativa bradburyana, o presente artigo tem por objetivos: discutir o valor do livro, sobretudo da obra literária, enquanto objeto mnemônico; ponderar sobre a aceleração e o esquecimento dela proveniente como mecanismos de dominação; bem como pensar o papel da oralidade na preservação de “memórias subterrâneas” capazes de resistir aos períodos de apagamentos que constantemente se repetem ao longo da história.

### **Notas sobre memória, aceleração e esquecimento em *Fahrenheit 451***

No princípio da narrativa, o leitor de *Fahrenheit 451* depara-se com o bombeiro Guy Montag, personagem protagonista, manipulando uma grande mangueira de querosene, rindo e queimando livros. Como uma atividade corriqueira, considerava o seu trabalho quase uma distração, uma brincadeira inofensiva que lhe proporcionava enorme prazer: “it was a pleasure to burn [...] his hands were the hands of some amazing conductor playing all the symphonies of blazing and burning to bring down the tatters and charcoal ruins of history” (BRADBURY, 2008, p. 09). Todavia, o que para ele não passava de diversão, representava, em verdade, a destruição da História, o apagamento do passado, dos registros de um tempo que ele nunca pôde conhecer, em função das listas publicadas pelo governo, com cerca de um milhão de livros censurados. Além de ser considerado um ato criminoso, ele mesmo não alimentava,

em um primeiro momento, curiosidade alguma de descobrir o que diziam os objetos que queimava.

Certa noite, porém, quando voltava do seu trabalho monótono, alheio de seu automatismo, encontrou, pelo caminho, Clarisse McClellan, uma questionadora adolescente de dezessete anos que se dizia louca, justamente por se comportar de um modo radicalmente distinto da maioria das pessoas daquela cidade: enquanto os outros vivem uma rotina acelerada, correndo alucinadamente, em seus veículos, dia e noite, como “the gasoline refugee” (BRADBURY, 2008, p. 75), ela prefere caminhar, “to like to smell things and look at things” (BRADBURY, 2008, p. 14). Assim, enquanto caminhavam de volta para suas residências, a garota, que era sua nova vizinha, fez-lhe algumas perguntas que, aos poucos, foram arrancando-lhe de sua confortável apatia. Primeiramente, Clarisse questionou se houve um tempo em que os bombeiros, em vez de atear fogo nas coisas, apagavam incêndios. Sem titubear, Montag respondeu: “No. Houses have *always* been fireproof, take my word for it” (BRADBURY, 2008, p. 15, grifo do autor). Para o bombeiro, a realidade sempre foi tal como a tinha diante de si, ao passo que, para Clarisse, existia a possibilidade de um tempo, outrora, bem distinto: “Strange. I heard once that a long time ago houses used to urn by accident and they needed firemen to *stop* the flames” (BRADBURY, 2008, p. 15, grifo do autor).

Quem estaria, portanto, de posse da verdade, Clarisse ou Montag? Conforme a narrativa se desenvolve, notamos que mesmo sendo mais jovem do que Montag, que já contava com a idade de trinta anos, Clarisse sabia de muitos fatos referentes ao passado e sobre coisas simples do cotidiano que eram completamente desconhecidas pelo bombeiro. Percebemos, desse modo, que ao anunciar um discurso contrário àquele que era amplamente propagado na conjuntura social, a menina preserva uma memória que se caracteriza como “não-oficial”, “não-hegemônica” (POLLAK, 1989, p. 03). Ao entrar em contato com esse contradiscurso, as certezas de Montag vão se dissolvendo aos poucos, provocando uma fissura em sua indiferente passividade:

— Já viu os cartazes de sessenta metros no campo, fora da cidade? Sabia que *antigamente* os outdoors tinham apenas seis metros de comprimento? Mas os carros começaram a passar tão depressa por eles que tiveram de espichar os anúncios para que pudessem ser lidos.  
— *Eu não sabia disso!* – riu Montag abruptamente.

— *Aposto que sei de mais uma coisa que você não sabe.* De manhã, a grama fica coberta de orvalho. Subitamente, *ele não conseguiu se lembrar se sabia disso ou não, e ficou muito irritado* (BRADBURY, 2012, p. 27, grifos nossos).

Ao refletir sobre o excerto supracitado, dois questionamentos podem ser feitos: Por que Guy Montag não consegue se lembrar desses fatos? E de que forma Clarisse veio a se tornar uma propagadora dessas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 03)? Antes, porém, de refletir sobre a amnésia do protagonista, importa discutirmos sobre a memória, que Jacques Le Goff, em sua obra *História e Memória* (1990), define-a “como propriedade de conservar certas informações, [...] um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 387). Dessa maneira, o cérebro humano funciona como uma espécie de baú em que se guarda dados, acontecimentos marcantes, sejam eles agradáveis, de grande valor afetivo, ou mesmo aqueles considerados traumáticos, que, por alguma razão, foram selecionados pelas funções psíquicas para serem preservados em detrimento de outros. Esses tesouros, por sua vez, podem ser trazidos à superfície a qualquer momento, por meio das “lembranças”, sendo organizados, reestruturados e também ressignificados, conforme as circunstâncias.

Nesse caso, ainda que ambas estejam estreitamente conectadas, deve-se compreender que a memória e a lembrança, que a reevoca, são conceitos distintos. Segundo Paolo Rossi (2010), tanto na tradição filosófica aristotélica quanto no pensamento social, a memória é anterior a reminiscência. Ao passo que a memória se revela como uma “coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal” (ROSSI, 2010, p. 15-16), a lembrança apresenta-se como uma ação proativa, que busca restaurar tais imagens. Esta, conforme o autor define: “implica um esforço deliberado da mente; é uma espécie de escavação ou de busca voluntária entre os conteúdos da alma” (ROSSI, 2010, p. 16). Todavia, apesar de a reminiscência, com frequência, brotar de uma busca feita pelo próprio indivíduo, nem sempre é possível fazê-la vir à tona através desse esforço, “às vezes, temos que esperar que as circunstâncias, sobre as quais a nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós” (HALBWACHS, 2013, p. 53).

Tais circunstâncias, geralmente estão associadas a um contexto de coletividade. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a memória individual precisa

de uma mente, que pertence a um indivíduo, esta não resiste por si só, porquanto necessita, com frequência, da memória de outros indivíduos para assegurá-la ou mesmo iluminá-la em alguns pontos cegos, cujos sentidos encontram-se incompletos: “Ela [memória individual] não está inteiramente fechada e isolada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade” (HALBWACHS, 2013, p. 72). Para o autor, o inverso também é válido, uma vez que, estando intimamente imbricadas, a memória coletiva também se acha atravessada por muitas memórias individuais.

Após o tênue vislumbre sobre o funcionamento da memória e sua relação com as lembranças, é possível retomar ao questionamento inicial acerca do esquecimento do personagem protagonista, o qual, a princípio, aparenta ser um personagem completamente desprovido de memórias, mas não é este o caso. Ele até as possui, todavia, a maioria apresenta-se como mera reprodução da memória oficial, enquanto as demais encontram-se sob condições que as impossibilitam de vir à superfície. A razão pode ser explicada a partir das considerações de Le Goff (2013), quando o autor assevera que o problema do esquecimento amnésico pode ultrapassar a sua dimensão literal, individual, enquanto doença biológica, e assumir, de um modo mais amplo e, talvez, mais perigoso, o “sentido metafórico”. Nessa perspectiva, ela é responsável pela “falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva” (LE GOFF, 2013, p. 389).

Isto posto, uma vez que Montag não foi diagnosticado clinicamente como alguém que sofre com tal patologia, entendemos que o seu mal pode ser resultado de uma construção social, cujos avanços foram seguindo de modo sorrateiro, tornando os seus efeitos quase imperceptíveis. Averiguar, portanto, essa conjuntura social em torno do apagamento da memória torna-se necessário, uma vez que:

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 390).



Assim sendo, ao atentarmos para o funcionamento da urbe ficcional bradburyana, notamos que, além da destruição dos livros, há outro fator contribuinte para o esquecimento, a saber: a aceleração. A bem da verdade, o totalitarismo dromológico, isto é, a dominação opressora estabelecida por meio da velocidade (VIRÍLIO, 1996), é a razão primeira para o quadro distópico pintado na obra, tendo em vista que foi exatamente devido a aceleração contínua do ritmo da vida, que as obras literárias tiveram que ser resumidas, até o ponto de nada mais restar delas, pois já não havia tempo suficiente para leituras de obras clássicas, geralmente volumosas e de conteúdo denso:

Picture it. Nineteenth-century man with his horses, dogs, carts, slow motion. Then, in the twentieth century, speed up your camera. Books cut shorter. Condensations. Digests. Tabloids. Everything boils down to the gags, the snap ending [...] Classics cut to fit fifteen-minute radioshows, then cut again to fill a two-minute book column, winding up at last as ten- or twelve-line dictionary resumé (BRADBURY, 2008, p. 72).

Outrossim, é que o ritmo frenético da cidade acabou por torná-la um espaço hostil ao estabelecimento de laços afetivos. Desse modo, considerando que, “esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam” (HALBWACHS, 2013, p. 37), a aceleração tornou impossível a tessitura de teias de diálogos que produzissem memórias ou que evocasse as reminiscências adormecidas. Nesse contexto, as personagens são estranhas umas às outras, mantendo relacionamentos “impessoais”. Montag, por exemplo, está casado há dez anos com Mildred, mas o abismo estabelecido entre os dois havia crescido ao ponto de ambos serem como dois desconhecidos, apenas habitando sob o mesmo teto. Ela, semelhantemente, ao ser questionada pelo esposo, não consegue recordar como e onde o conheceu. Ele, por sua vez, confessou a si mesmo, que se ela viesse a morrer, em consequência das drogas que tomava todos os dias, não choraria: “for it would be the dying of a unknown, a street face, a newspaper image, and it was suddenly so very wrong that he had begun to cry, not at death, but at the thought of not crying at death [...]” (BRADBURY, 2008, p. 59).

Ao falar sobre as relações impessoais construídas nos grandes centros urbanos, o filósofo da modernidade líquida, Zygmunt Bauman, retoma a definição de Richard Sennett, em que este afirma que a cidade é “um assentamento humano em que estranhos têm a chance de se encontrar” (*Apud* BAUMAN, 2001, p. 121). Nesse

espaço, os encontros (ou “desencontros”) são casuais, sem perspectivas de retomada, sem a troca de experiências tristes ou felizes e, por isso, não há “lembranças compartilhadas: nada em que se apoiar ou que sirva de guia para o presente encontro, trata-se de um ‘evento sem passado’ e também ‘sem futuro’” (BAUMAN, 2001, p. 122, grifo do autor). Tudo o que se tem é o instante presente.

O curioso é que até mesmo a estrutura arquitetônica da cidade foi mudada, de modo a eliminar qualquer possibilidade de verdadeiros encontros, apagando-a, também, enquanto “monumento”, que é “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (LE GOFF, 2013, p. 486), capaz de trazer à lembrança um tempo em que houve uma diferente ordem social, pois como bem afirma Yu-fi Tuan, “[...] o meio ambiente construído define as funções sociais e as relações [...] na falta de livros e instrução formal, a arquitetura é uma chave para compreender a realidade” (TUAN, 1983, p. 114). As casas, portanto, agora cheias de aparatos tecnológicos, são desprovidas de jardins, varandas e cadeiras de balanço, posto que tais elementos denunciavam um modo errado de viver, conforme o padrão de existência vigente:

What was it Clarisse had said one afternoon? ‘No front porches. My uncle says there used to be front porches. And people sat there sometimes at night, talk when they wanted to talk [...] was the wrong kind of social life. People talked too much. And they they had time to think. So they ran off with the porches. And the gardens, too. Not many gardens any more to sit around in. And look at the furniture. No rocking-chairs any more. They’re too comfortable. Get people up and running (BRADBURY, 2008, p. 83, grifos nossos).

Através do excerto acima, percebemos que o *modus vivendi* acelerado é o princípio que impulsiona e sustenta a ordem social estabelecida. Nessa conjuntura, é imprescindível que as pessoas corram ininterruptamente, mas que, ao mesmo tempo, tenham a impressão de que estão progredindo. São como *hamsters* em suas gaiolas sem tempo para pensar em fazer algo além do que apenas correr. Em função da vida imediata, voltar ao passado significa retroceder, e tudo que o representa implica um obstáculo à fluidez; laços afetivos sólidos, por sua vez, são perigosos ao projeto de dominação dromológica, por isso, estes também devem ser eliminados. Desse modo, assim como Montag, quase a totalidade da população se encontra aprisionada em um “presente contínuo”, com suas memórias adormecidas ou manipuladas, desvinculada do passado e sem perspectivas futuras. A única preocupação que lhes toma é permanecer em movimento, divertindo-se ao máximo. Nesse ponto, não há tempo

para pensar sobre o que se foi, tampouco se demorar no futuro incerto. O que importa é o aqui-e-agora, tempo este inimigo da memória e favorável ao esquecimento.

### **Homens-memória, oralidade e homens-livros-guardiães-de-memórias**

Agora que encontramos uma possível explicação para a amnésia do protagonista Montag, precisamos responder como Clarisse se tornou uma propagadora das memórias subterrâneas que o afetaram tão radicalmente ao ponto de transformá-lo da condição de um “homem-sem-memória”, por assim dizer, em um “homem-livro-guardião-de-memórias”. Para tanto, é necessário pontuar o modo como a transmissão da memória se dava antes do surgimento da escrita, pois, como já apresentamos, na cidade ficcional bradburyana, a escrita foi quase banida por completo, porquanto os livros foram queimados e a leitura se tornou um ato criminoso. Em tal contexto, como as “lembranças dissidentes” poderiam ser preservadas? Elas foram “transmitidas de uma geração a outra oralmente” (POLLAK, 1989, p. 03).

De acordo com Le Goff (2013, p. 393), em sociedades sem o domínio da escrita, existem indivíduos especialistas na preservação da memória desses povos, que são conhecidos como “homens-memória”. Tais homens desempenham diferentes funções, como “genealogistas” ou “historiadores da corte”; também podem ser “chefes de família, bardos, sacerdotes”, que cumprem a importante função de tornar coeso o grupo ao qual pertencem, contando os mitos e as histórias que geram um forte sentimento de inclusão em cada ouvinte. Sobre a forma de transmissão desses saberes ancestrais efetuadas por esses narradores, o autor afirma que, diferente do modo como se dá nas sociedades com escrita, em que se preocupa como uma memorização mecanizada, aprendendo cada uma das palavras, os homens-memória utilizam-se, muitas vezes, do canto, o que conferia mais liberdade ao processo de criação e preservação da memória (LE GOFF, 2013). Falando um pouco mais sobre tais comunidades, em que a tradição oral é mais forte do que a escrita, Michèle Petit afirma:

Mios, contos, lendas, provérbios, cantos, refrões permitiam-lhes, em certa medida, simbolizar emoções intensas ou acontecimentos inesperados, representar conflitos, dar forma a paisagens interiores, inserindo-se, ao mesmo tempo em uma continuidade, uma *transmissão*. Construir um sentido. Ao menos, esse era o caso das sociedades que mantiveram a mitologia viva,

reformulada ou enriquecida ao sabor dos *encontros* (PETIT, 2010, p. 26, grifo nosso).

Na obra em estudo, o tio de Clarisse é esse homem-memória, que sempre transmitiu à sobrinha e aos familiares os registros do passado, através da oralidade. O interessante é que ele, para nós, leitores, se apresenta de um modo bastante incerto, impreciso, sem materialidade, como se ele próprio fosse uma figura mítica, uma construção da memória da menina, visto que temos acesso a ele somente por meio de suas lembranças, que ora ou outra recorda algo que fora dito por ele, em algum tempo no passado: “And at the museums, have *ever* been? *All* abstract. That’s all there is now. My uncle says it was diferente once. A long time back sometimes pictures said things or evenshowed *people*” (BRADBURY, 2008, p. 43, grifo do autor). Em um dado momento, ao demorar-se observando a casa da família de Clarisse, através de sua janela, Montag observou que, diferente das demais residências, às duas da madrugada, a casa ainda estava inteiramente iluminada. Do seu interior, ouvia-se sorrisos sinceros e muita conversa, um tipo de encontro raro naquele sistema social, em “que ninguém tem mais tempo para ninguém” (BRADBURY, 2012, p. 43) e em que até mesmo a arte, exageradamente abstrata, nada comunicava nem representava imagens que pudessem provocar aproximação entre as pessoas:

Laughter blew across the moon-coloured lawn from the house of Clarisse and her father and mother and the uncle who smile so quietly and so earnestly. Above all, their laughter was relaxed and hearty and forced in any way, coming from the house that was so brightly lit this late at night while all the other houses were kept to themselves in darkness. Montag heard the voices talking, talking, talking, giving, talking, weaving, reweaving their hypnotic web (BRADBURY, 2008, p. 26).

Como vemos, os laços afetivos entre os membros da família de Clarisse são fortalecidos pelo diálogo, pela troca de experiências, o que o torna um grupo coeso o suficiente para resistir ao ameaçador ambiente externo, que a todo custo busca desintegrar essas relações. Ao refletir sobre a mobilidade e a liquidez que caracterizam a modernidade e que também modela o mundo ficcional da narrativa em estudo, Bauman (2001, p. 23) explica que “a desintegração da rede social”, isto é, “a derrocada das agências afetivas de ação coletiva” não se mostra apenas como um “efeito colateral” do modo de vida acelerado, mas, sobretudo, como uma condição necessária para esta forma de poder. Compreendendo, desse modo, que nesse contexto, todas as barreiras devem ser removidas para que a aceleração flua de forma

ininterrupta, “qualquer rede densa de laços sociais, e em particular uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado” (BAUMAN, 2001, p. 23). E foi exatamente o que fizeram com a família McClellan.

Passados os dias, Montag notou a ausência de Clarisse e logo foi informado que a jovem tinha sido atropelada e que, provavelmente, tinha morrido. Beatty, capitão da corporação de bombeiros, explicou a Montag que Clarisse McClellan e sua família eram muito diferentes e, por isso, ao longo dos anos, tinham observado cuidadosamente todas as suas ações e preparado um dossiê. Perceberam que a jovem era uma ameaça real ao sistema e repararam que o problema estava na “hereditariedade”, posto que a família era responsável por transmitir-lhe as ideias que conflitavam com a ordem vigente, por esta razão, decidiram pôr termo em sua vida. Entretanto, sua morte física não era suficiente: para que o seu fim fosse cabal, Montag deveria removê-la também de sua memória, pois nesse contexto social, a morte foi destituída de seu aspecto sagrado e os mortos deviam ser esquecidos tão logo partissem:

Funerals are unhappy and pagan? Eliminate them, too. Five minutes after a person is dead he's on his way to the Big Flue, the Incinerators serviced by helicopters all over the country. Ten minutes after death a man's a speck of black dust. Let's not quibble over individuals with memorians. Forget them (BRADBURY, 2008, p. 78).

Mas será que Montag se esqueceria facilmente da doce e inquietante Clarisse? De forma alguma. Assim como ocorria na cultura swahili, em que “os mortos que permanecem na memória dos outros são os mortos-vivos, que só morrem quando desaparecem os últimos que estavam em condições de lembrá-los” (ROSSI, 2010, p. 24), as experiências de Montag vividas com Clarisse, marcadas, sobretudo, pela oralidade, foram tão profundas, que enquanto ele estivesse vivo, ela continuaria sendo lembrada. Essa troca de experiências, por sua vez, nos faz pensar no que Walter Benjamin afirma sobre a figura do narrador, especificamente aquele da tradição oral, e de sua relação com a literatura, quando este diz: “a experiência que se passa de pessoa para pessoa é a fonte que recorre todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1987, p. 198).

Daí, compreendemos a forte razão para que Clarisse permaneça vívida nas lembranças de Montag: é que, após a sua partida, este se tornou um leitor voraz de obras literárias. E por que quanto mais lia, mais próximo a sentia de si? É que ao conhecê-la, Montag aprendeu o que é dialogar, processo que, muito além do falar egoísta e unilateral, significa ouvir e ser ouvido, o que possibilita, através da troca de experiências, o reconhecimento de si no outro, resultando em mútua aproximação. Assim, do mesmo modo, o soldado do fogo podia conversar com os livros, uma vez que estes guardam múltiplas vozes, que ganham vida por meio da voz do leitor, e com as quais é possível tecer infinitos diálogos, pois “quando lê, cada leitor faz reviver essa voz, que provém às vezes de muitos séculos atrás” (PETIT, 2010, p. 59). Destarte, cada obra literária também se revela um exímio suporte mnemônico, uma vez que preserva as vozes e as vivências não somente de pessoas ilustres, mas também de seres anônimos de outras épocas, com as quais podemos manter conversas e extrair aprendizados profícuos e duradouros:

‘But Clarisse’s favorite subject wasn’t herself. It was everyone else, and me. She was the first person in a good many years I’ve really liked. She was the first person I can remember who looked straight at me as if I counted’. He lifted the two books. ‘These men have been dead a long time, but I know their words quite, one way or another, to Clarisse’ (BRADBURY, 2008, p. 94, grifos nossos).

Os sobreviventes da família McClellan, por fim, mudaram-se do local, entretanto, suas vidas foram resguardadas em Montag e, agora, seria a sua vez de dar continuidade ao compartilhamento de tais memórias, prosseguindo com a costura dessa teia dialógica infinita. Nesse sentido, o bombeiro abandona a sua antiga função e, ao lado de Faber, um ex-professor universitário que vivia enclausurado e temeroso, rebela-se contra a sua cidade. Em sua fuga, começa a implantar livros em casas de outros bombeiros para que estes sejam incriminados e, talvez, consiga colocar o sistema contra si mesmo. Contudo, dali em diante, encontrar um meio de salvar e guardar não apenas as suas, mas também as memórias e lembranças dos outros, tornou-se a sua maior preocupação: “Somewhere the saving and putting away had to begin again and someone had to do the saving and keeping, one way or another, in books, in records, in people’s heads, any way at all so long as it safe, free from moths, silver-fish, rust and dry-rot, and men with matches” (BRADBURY, 2008, p. 181).

Após percorrer alguns quilômetros através da noite, enquanto fugia de seus perseguidores, deparou-se com um grupo de “andarilhos” reunidos em torno de uma fogueira bem diferente daquelas que conhecia, visto que não queimava, mas, aquecia. Eram homens excluídos da sociedade, que jaziam no cemitério do esquecimento para os “homens-mulheres-e-crianças-da-correnteza”. Entre eles, havia doutores e especialistas que antes trabalhavam em renomadas universidades, como Harvard, Cambridge, UCLA e Colúmbia. O que mais eles tinham em comum? Eram todos portadores de memória fotográfica e desenvolveram técnicas para bloquear e reevocar lembranças, conforme a necessidade, usando suas habilidades para memorizar obras que consideravam importantes para a humanidade: “We are all bits and pieces of history and literature, and international law, Bayron, Tom Paine, Machiavelli, or Christ, it’s here [...] All we want to do is keep the knowledge we think we will need, intact and safe. We’re not out to incite o ranger anyone yet” (BRADBURY, 2008, p. 195).

E que esperança movia esses “homens-livros-guardiães-da-memória”? Assim como foram tocados, de um modo especial, pelas leituras e ensinamentos de seus antepassados, que lhes foram transmitidas sem a imposição da imediatez, mas com a paciência de toda uma vida, ora “de forma concisa, com a autoridade da velhice”, ora “de forma prolixa, com a sua loquacidade em histórias, muitas vezes narrativas de países longínquos, diante da lareira” (BENJAMIN, 1987, p. 114), ansiavam que, tão logo a guerra passasse, os sobreviventes da catástrofe desacelerassem e, com isso, estivessem dispostos a ouvi-los, pois não poderiam obrigá-los. Enquanto isso, eles continuariam fazendo o mesmo trabalho de artesãos da memória: “we’ll pass the books on to our children, by word of mouth, and let our children wait, in turn, on the other people” (BRADBURY, 2008, p. 196). Afinal, “a leitura é uma arte que se transmite, mais do que se ensina” (PETIT, 2010, p. 22).

### **Considerações finais**

Roger Chartier, em sua obra *Inscrever & Apagar* (2007), afirma que, no início da Modernidade, o temor do esquecimento levou as sociedades do continente europeu a tomarem atitudes obsessivas em favor da preservação da memória. Nesse contexto, a escrita tornou-se o método privilegiado e indispensável para registrar todas as ações honrosas de personalidades ainda vivas ou trazer à lume aqueles que já se

foram, bem como salvaguardar todas as obras que, conforme o julgamento, jamais poderiam se perder no tempo. Dessa forma, grafada em diferentes suportes, da pedra ao papel, seja “no espaço aberto da cidade, no refúgio da biblioteca, na magnitude do livro e na humanidade dos objetos mais simples, a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda” (CHARTIER, 2007, p. 09).

Em *Fahrenheit*, todavia, Bradbury arquiteta uma sociedade ficcional onde a escrita foi quase totalmente banida, existindo apenas para a produção de manuais com fins práticos e microtextos cuja única função é entreter. Por outro lado, obras clássicas de Literatura, História, Filosofia e Política foram confiscadas e queimadas, e autores como Jonathan Swift, Platão, Confúcio, Byron, Lincoln, entre outros, foram proibidos. A razão? Exatamente porque tais obras, por sua linguagem densa e metafórica, seriam grandes obstáculos para o funcionamento da urbe, cujo fluxo acelerado e ininterrupto aponta para uma eficiente forma de dominação (também sentida na liquidez de nosso tempo): o totalitarismo dromológico. Tal forma de poder, cujo principal instrumento é a velocidade, corrobora para o enfraquecimento das redes familiares e afetivas, dificultando a preservação de “memórias subterrâneas” capazes de apontar uma época áurea em que era possível separar algum momento para o cultivo do ócio, isto é, o “tempo livre para a reflexão, para o estudo, para o pensamento” (MAFFEI, 2018, p. 16). Este, enquanto fonte de inspiração, despertaria as forças necessárias para o rompimento do presente contínuo acelerado e opressor, em função de um futuro melhor.

É nesse cenário distópico, organizado em função do “apagamento”, que encontramos a personagem Clarisse McClellan, que apesar de muito jovem, conhece bem as suas raízes e o passado de seu povo, graças às experiências adquiridas no contexto familiar, construídas pacientemente ao som da melódica voz de seu tio, um típico “homem-memória”, narrador de histórias, em torno de quem se organiza o clã de leitores de obras literárias e caminhantes que insistem em não correr conforme o ritmo da cidade. Constantemente perseguido, o pequeno grupo de “fanáticos” e “esquisitos” raros vivem como nômades, tecendo sua teia de memórias e lembranças, através da oralidade, com outros indivíduos solitários que, de alguma maneira, se sentem deslocados. Um deles foi Montag, “homem-da-correnteza” e queimador de livros, que ao se permitir ser enredado por essa resistente teia dialógica, desistiu de sua antiga profissão para se tornar, ele mesmo, uma obra literária ambulante, isto é, um “homem-livro-caminhante-guardador-de-memórias”.



Nesse sentido, podemos compreender a narrativa bradburyana como uma interessante metáfora sobre o trabalho lento, árduo e incansável da humanidade, em sua luta para resistir aos muitos períodos de crises, sejam elas de ordem interna, individual, ou catástrofes de dimensões nacionais e globais. Em vários os casos, a leitura de uma obra ou apenas a lembrança do texto lido, foi o único instrumento utilizado por homens e mulheres para resistir a situações desumanas dos campos nazistas e dos degredos stalinistas (PETIT, 2010); em outros contextos ditatoriais, foi exatamente o caráter ficcional da literatura que possibilitou a sua livre passagem pelos sensores e a sua retomada futura como testemunho memorial de um dado período histórico de opressão, impedindo o seu esquecimento ou a sua denegação irresponsável.

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. 1: Magia, técnica, arte e política*. 3 ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451: a temperatura que o papel pega fogo e queima do livro pega fogo e queima*. Trad. Cid Knipel. 2 ed. São Paulo: Globo, 2012.
- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451: the temperature at which book-paper catches fire and burns*. London: Harper Voyager, 2008.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever & Apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI –XVIII)*. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- ECO, Humberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. *Não contem com o fim do livro*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- MAFFEI, Lamberto. *Elogio da Lentidão*. Trad. José Serra. Lisboa: Edições 70, 2018.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7 ed. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2013.
- PETIT, Michèle. *A arte de ler: como resistir à adversidade*. Trad. Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos históricos*. vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 31 out. 2022.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Trad. Nilson Maulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TONNAC, Jean-Philippe de. Prefácio. In: ECO, Humberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. *Não contem com o fim do livro*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Record, 2010.

TUAN, Yu-fi. Espaço arquitetônico e conhecimento. In: TUAN, Yu-fi. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VIRÍLIO, Paul. *Velocidade e Política*. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.